

9 — Métodos de selecção:

9.1 — Atenta a urgência do presente recrutamento, perante a necessidade de repor a capacidade de intervenção e de resposta dos serviços, no âmbito de todas as suas competências, o procedimento decorrerá através da utilização faseada dos métodos de selecção, conforme previsto no artigo 8.º da Portaria 83-A/2009.

9.2 — Considerando a urgência do presente recrutamento, e nos termos da faculdade prevista no n.º 4 do artigo 53.º da Lei n.º 12-A/2008 e dos n.ºs 1 e 2 do artigo 6.º da Portaria n.º 83-A/2009, são adoptados no presente procedimento apenas um método de selecção obrigatório e um método de selecção facultativo:

Avaliação Curricular (AC); e
Entrevista profissional de selecção (EPS).

9.3 — A classificação final (CF) Expressa de 0 a 20 pontos, resultará da seguinte fórmula:

$$CF = 0,7 AC + 0,3 EPS$$

10 — São excluídos os candidatos que não compareçam a qualquer um dos métodos de selecção, bem como os que obtenham uma valoração inferior a 9,5 valores num dos métodos de selecção, não lhes sendo aplicado o método de avaliação seguinte, bem como os que obtenham uma valoração inferior a 9,5 valores na classificação final.

11 — Os candidatos excluídos serão, nos termos do n.º 1 do artigo 30.º da Portaria n.º 83-A/2009, notificados por uma das formas previstas no n.º 3 do mesmo artigo, para a realização da audiência de interessados nos termos do Código do Procedimento Administrativo.

12 — A lista unitária da ordenação final dos candidatos, após homologação, é publicitada na 2.ª série do *Diário da República*, afixada em local visível e público das instalações do LNEC e disponibilizada na sua página electrónica, com o seguinte endereço: www.lnec.pt.

13 — Composição do júri de selecção, de acordo com o artigo 21.º da Portaria n.º 83-A/2009:

Concursos — Ref. C1:

Presidente: Rui Manuel Branco Pereira Correia — investigador coordenador.

Vogais efectivos:

1.º Vogal: José António Cruz Paiva e Costa — director dos serviços financeiros e patrimoniais.

2.º Vogal: Maria de Lurdes Correia Lopes — técnica superior de recursos humanos.

Vogais suplentes:

1.º Vogal: Ana Cristina Varela Morgado — chefe da divisão de gestão de contratos.

2.º Vogal: Pedro Filipe Puga da Fonseca Velo — técnico superior de recursos humanos.

Concursos — Ref. C2:

Presidente: Rui Manuel Branco Pereira Correia — investigador coordenador.

Vogais efectivos:

1.º Vogal: Maria Teresa Lopes do Couto dos Santos Fonseca — directora dos serviços de logística e manutenção.

2.º Vogal: Maria de Lurdes Correia Lopes — técnica superior de recursos humanos.

Vogais suplentes:

1.º Vogal: Álvaro Fernando Correia Milagaia — chefe da divisão de instalações.

2.º Vogal: Pedro Filipe Puga da Fonseca Velo — técnico superior de recursos humanos.

13.1 — O presidente do júri será substituído nas suas faltas ou impedimentos pelo primeiro vogal efectivo.

14 — As actas do júri, onde constam os parâmetros de avaliação e respectiva ponderação de cada um dos métodos a utilizar, a grelha classificativa e o sistema de valoração final do método, serão facultadas aos candidatos sempre que solicitadas.

15 — Em cumprimento da alínea *h*) do artigo 9.º da Constituição da República Portuguesa, “a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação”.

16 — Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 19.º da Portaria n.º 83-A/2009, o presente aviso será publicitado na Bolsa de Emprego Público

(www.bep.gov.pt), no 1.º dia útil seguinte à presente publicação no *Diário da República*, na página electrónica do LNEC, e por extracto, no prazo máximo de três dias úteis contado da mesma data, num jornal de expansão nacional.

22 de Setembro de 2009. — A Directora de Serviços de Recursos Humanos, *Ana Paula Seixas Morais*.

202340765

MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL

Gabinete do Ministro

Declaração de rectificação n.º 2397/2009

Por ter sido publicado com inexactidões, procede-se à rectificação do texto do despacho n.º 15 053/2009, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 127, de 3 de Julho de 2009, a pp. 26 020 a 26 022, que procedeu às alterações aos Regulamentos Específicos das Tipologias de Intervenção do Programa Operacional Potencial Humano (POPH) 2.1 «Reconhecimento, validação e certificação de competências»; 2.2 «Cursos de educação formação de adultos»; 2.3 «Formações modulares certificadas»; 3.1.1 «Programa de formação-acção para PME»; 3.2 «Formação para a inovação e gestão»; 3.3 «Qualificação dos profissionais da administração pública central e local e dos profissionais da saúde»; e 5.2 «Estágios profissionais». Assim:

1 — Na epígrafe e no corpo do artigo 1.º do referido despacho n.º 15 053/2009, de 3 de Julho, rectifica-se que onde se lê:

«Artigo 1.º

Alteração ao despacho n.º 18 229/2008, de 20 de Junho

O artigo 17.º do Regulamento Específico da Tipologia de Intervenção 2.1, ‘Reconhecimento, validação e certificação de competências’, do POPH, aprovado pelo despacho n.º 18 229/2008, de 20 de Junho, passa a ter a seguinte redacção:»

deve ler-se:

«Artigo 1.º

Alteração ao despacho n.º 18 229/2008, de 8 de Julho

O artigo 17.º do Regulamento Específico da Tipologia de Intervenção 2.1, ‘Reconhecimento, validação e certificação de competências’, do POPH, aprovado pelo despacho n.º 18 229/2008, de 8 de Julho, passa a ter a seguinte redacção:»

2 — Na epígrafe e no corpo do artigo 2.º do referido despacho n.º 15 053/2009, de 3 de Julho, onde se lê:

«Artigo 2.º

Alteração ao despacho n.º 18 227/2008, de 20 de Junho

O artigo 4.º do Regulamento Específico da Tipologia de Intervenção 2.2, ‘Cursos de educação formação de adultos’, do POPH, aprovado pelo despacho n.º 18 227/2008, de 20 de Junho, passa a ter a seguinte redacção:»

deve ler-se:

«Artigo 2.º

Alteração ao despacho n.º 18 227/2008, de 8 de Julho

O artigo 4.º do Regulamento Específico da Tipologia de Intervenção 2.2, ‘Cursos de educação formação de adultos’, do POPH, aprovado pelo despacho n.º 18 227/2008, de 8 de Julho, passa a ter a seguinte redacção:»

3 — Na epígrafe e no corpo do artigo 3.º do referido despacho n.º 15 053/2009, de 3 de Julho, onde se lê:

«Artigo 3.º

Alteração ao despacho n.º 18 223/2008, de 20 de Junho

O artigo 4.º do Regulamento Específico da Tipologia de Intervenção 2.3, ‘Formações modulares certificadas’, do POPH, aprovado pelo despacho n.º 18 223/2008, de 20 de Junho, passa a ter a seguinte redacção:»

deve ler-se:

«Artigo 3.º

Alteração ao despacho n.º 18 223/2008, de 8 de Julho

O artigo 4.º do Regulamento Específico da Tipologia de Intervenção 2.3, 'Formações modulares certificadas', do POPH, aprovado pelo despacho n.º 18 223/2008, de 8 de Julho, passa a ter a seguinte redacção:»

4 — Na epígrafe e no corpo do artigo 4.º do referido despacho n.º 15 053/2009, de 3 de Julho, onde se lê:

«Artigo 4.º

Alteração ao despacho n.º 18 363/2008, de 20 de Junho

Os artigos 10.º e 18.º do Regulamento Específico da Tipologia de Intervenção 3.1.1, 'Programa de formação-acção para PME', do POPH, aprovado pelo despacho n.º 18 363/2008, de 20 de Junho, passam a ter a seguinte redacção:»

deve ler-se:

«Artigo 4.º

Alteração ao despacho n.º 18 363/2008, de 9 de Julho

Os artigos 10.º e 18.º do Regulamento Específico da Tipologia de Intervenção 3.1.1, 'Programa de formação-acção para PME', do POPH, aprovado pelo despacho n.º 18 363/2008, de 9 de Julho, passam a ter a seguinte redacção:»

5 — Na epígrafe e no corpo do artigo 5.º do referido despacho n.º 15 053/2009, de 3 de Julho, onde se lê:

«Artigo 5.º

Alteração ao despacho n.º 18 362/2008, de 20 de Junho

Os artigos 3.º, 4.º, 7.º e 13.º do Regulamento Específico da Tipologia de Intervenção 3.2, 'Formação para a inovação e gestão', do POPH, aprovado pelo despacho n.º 18 362/2008, de 20 de Junho, passa a ter a seguinte redacção:»

deve ler-se:

«Artigo 5.º

Alteração ao despacho n.º 18 362/2008, de 9 de Julho

Os artigos 3.º, 4.º, 7.º e 13.º do Regulamento Específico da Tipologia de Intervenção 3.2, 'Formação para a inovação e gestão', do POPH, aprovado pelo despacho n.º 18 362/2008, de 9 de Julho, passa a ter a seguinte redacção:»

6 — Na epígrafe e no corpo do artigo 6.º do referido despacho n.º 15 053/2009, de 3 de Julho, onde se lê:

«Artigo 6.º

Alteração ao despacho n.º 18 474/2008, de 20 de Junho

O artigo 7.º do Regulamento Específico da Tipologia de Intervenção 3.3, 'Qualificação dos profissionais da administração pública central e local e dos profissionais da saúde', do POPH, aprovado pelo despacho n.º 18 474/2008, de 20 de Junho, passa a ter a seguinte redacção:»

dever ler-se:

«Artigo 6.º

Alteração ao despacho n.º 18 474/2008, de 10 de Julho

O artigo 7.º do Regulamento Específico da Tipologia de Intervenção 3.3, 'Qualificação dos profissionais da administração pública central e local e dos profissionais da saúde', do POPH, aprovado pelo despacho n.º 18 474/2008, de 10 de Julho, passa a ter a seguinte redacção:»

7 — Na epígrafe e no corpo do artigo 7.º do referido despacho n.º 15 053/2009, de 3 de Julho, onde se lê:

«Artigo 7.º

Alteração ao despacho n.º 18 359/2008, de 20 de Junho

O artigo 8.º do Regulamento Específico da Tipologia de Intervenção 5.2, 'Estágios profissionais', do POPH, aprovado pelo despacho n.º 18 359/2008, de 20 de Junho, passa a ter a seguinte redacção:»

deve ler-se:

«Artigo 7.º

Alteração ao despacho n.º 18 359/2008, de 9 de Julho

O artigo 8.º do Regulamento Específico da Tipologia de Intervenção 5.2, 'Estágios profissionais', do POPH, aprovado pelo despacho n.º 18 359/2008, de 9 de Julho, passa a ter a seguinte redacção:»

18 de Setembro de 2009. — O Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, *José António Fonseca Vieira da Silva*.

202340027

Instituto Nacional para a Reabilitação, I. P.

Despacho n.º 21768/2009

O Decreto-Lei n.º 217/2007, de 29 de Maio, aprovou a orgânica do Instituto Nacional para a Reabilitação, I. P., (INR, I. P.), no desenvolvimento da qual foram aprovados pela Portaria n.º 641/2007, de 30 de Maio, os Estatutos que determinam a sua organização interna.

Considerando que o lugar correspondente a dirigente de direcção intermédia do 2.º grau do Gabinete de Formação e Documentação, se encontra vago, torna-se necessário proceder à nomeação do dirigente da unidade orgânica de forma a garantir não só o normal funcionamento do serviço mas também a consolidação da estrutura aprovada, visando a prossecução das atribuições cometidas ao INR, I. P.

Assim:

Nos termos dos n.ºs 1 e 2 do artigo 27.º, da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro, nomeio a licenciada Carla Maria Olivença Ventura, do Instituto da Segurança Social, I. P., para exercer, em regime de substituição, o cargo de direcção intermédia do 2.º grau, chefe de divisão, do Gabinete de Formação e Documentação, a qual preenche os requisitos legais exigidos para o provimento do cargo e possui a competência técnica, a aptidão e o perfil adequados ao exercício das inerentes funções.

O presente despacho produz efeitos a 15 de Setembro de 2009.

16 de Setembro de 2009. — A Directora, *Alexandra Pimenta*.

202341526

Instituto da Segurança Social, I. P.

Centro Distrital da Guarda

Despacho n.º 21769/2009

Subdelegação de competências

1 — Nos termos do disposto nos artigos 36.º e 37.º do Código do Procedimento Administrativo, e no uso das competências que me foram delegadas/subdelegadas através do Despacho n.º 7342/2009, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 49, de 11 de Março de 2009, subdelego, sem prejuízo dos poderes de avocação, na Directora do Núcleo de Gestão de Contribuições, a licenciada Ana Paula Martins Rebelo a competência para, no âmbito geográfico da sua intervenção, praticar os seguintes actos:

1.1 — Em matéria de gestão em geral, de gestão financeira e contabilidade e de administração e património e desde que, precedendo o indispensável e prévio cabimento orçamental, sejam observados os condicionalismos legais, os regulamentos aplicáveis e as orientações técnicas do conselho directivo sobre a matéria:

1.1.1 — Assinar a correspondência relacionada com assuntos de natureza corrente necessária ao normal funcionamento do núcleo, com excepção da que for dirigida ao Presidente da República, à Assembleia da República, ao Governo e aos titulares destes órgãos de soberania, à Provedoria da Justiça e a outras entidades de idêntica ou superior posição na hierarquia do Estado;

1.2 — Na ausência do Director de Unidade, em matéria de recursos humanos e desde que, precedendo o indispensável e prévio cabimento orçamental, sejam observados os condicionalismos legais, os regulamentos aplicáveis e as orientações técnicas do conselho directivo sobre a matéria:

1.2.1 — Aprovar os planos de férias e autorizar as respectivas alterações, bem como a acumulação parcial com as férias do ano seguinte, dentro dos limites legais e das orientações definidas pelo conselho directivo;